

NOTA PÚBLICA EM DEFESA DAS MULHERES E JUÍZAS AFEGÃS

A ANAMATRA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MAGISTRADOS DA JUSTIÇA DO TRABALHO, entidade da sociedade civil que congrega cerca de 3.600 magistradas e magistrados do Trabalho de todo o Brasil, vem a público reafirmar o respeito à liberdade em todos os sentidos e à igualdade de gênero, diante das graves ameaças e agressões que vêm sofrendo as mulheres afegãs nos últimos dias, em razão da tomada do poder no Afeganistão, pelo regime talibã.

As cenas impactantes que chegam aos nossos olhos pela imprensa e pelas redes sociais, acerca do nefasto contexto no qual as mulheres afegãs não são reconhecidas como pessoas dignas de direitos, causam repulsa, indignação, revolta, preocupação e abalo emocional. O problema também passa pela liberdade de trabalho e pleno exercício das atividades inerentes ao cargo pelas juízas afegãs.

A igualdade de gênero é tema que norteia a atuação da ANAMATRA e figura como Objetivo de Desenvolvimento Sustentável nº 5 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas. Busca-se a realização de um mundo em que mulheres e homens sejam livres para fazer suas escolhas, usufruindo das mesmas responsabilidades, direitos e oportunidades. Esse é o mínimo que se pretende ser assegurado, o que não detém as mulheres e juízas afegãs, neste momento.

Especialmente quanto às juízas afegãs, a ANAMATRA presta a sua solidariedade e manifesta seu apoio incondicional, bem como apela para concessão imediata de ajuda humanitária, para que a vida e a integridade física não só das magistradas, mas também de todas as mulheres afegãs e suas famílias sejam preservadas e asseguradas. Exorta-se às autoridades e aos organismos internacionais a união de esforços em torno de medidas nesse sentido, que passam, inclusive, pela a saída do país e concessão de asilos, o mais breve possível.

De sua parte, a ANAMATRA coloca-se à disposição para auxiliar no que for possível.

A presente manifestação representa uma pequena fagulha no cenário mundial que, somada a várias e diminutas atuações, por certo alcançará o seu intento, em consonância com o sonoro clamor por socorro: liberdade, igualdade e respeito aos direitos humanos, de estudo e trabalho para as mulheres afegãs e suas famílias.

Ressalta-se que a solidariedade expressada nesta nota e a atuação de toda a sociedade têm significado de vida ou morte para as mulheres e juízas afegãs.



LUIZ ANTONIO COLUSSI
Presidente da ANAMATRA

Brasília, DF, 19 de agosto de 2021.